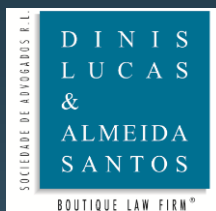


Novidades Legislativas

Dinis Lucas e Almeida Santos, Boutique Law Firm ®

De 17 a 21 de Novembro



Boutique Law Firm

geral@dlas.pt

www.dlas.com.pt

217 816 010

Av. Republica n° 50

7-A

1050-196

Lisboa

DESTAQUES

DE 17 A 21 DE NOVEMBRO DE 2014

ACTIVIDADE AEROPORTUÁRIA

[PORTARIA N.º 235/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 222/2014, SÉRIE I DE 2014-11-17](#)

Ministérios das Finanças, da Administração Interna e da Economia

Primeira alteração à Portaria n.º 77-B/2014, de 1 de abril, que fixa o valor das taxas de segurança a cobrar nos aeroportos da rede ANA, S. A., e nos restantes aeródromos e aeroportos

[PORTARIA N.º 236/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 222/2014, SÉRIE I DE 2014-11-17](#)

Ministérios da Administração Interna e da Economia

Primeira alteração à Portaria n.º 83/2014, de 11 de abril, que fixa o valor da distribuição da taxa de segurança pelo Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P., às forças e serviços de segurança, nos aeródromos e aeroportos nacionais integrados na Rede ANA, S. A., e noutras entidades gestoras aeroportuárias

CUSTAS PROCESSUAIS

[ACÓRDÃO N.º 678/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 223/2014, SÉRIE II DE 2014-11-1858915561](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma contida no artigo 33.º, n.º 2, da Portaria n.º 419-A/2009, de 17 de abril, na redação conferida pela Portaria n.º 82/2012, de 29 de março, nos termos da qual a reclamação da nota justificativa das custas de parte está sujeita ao depósito da totalidade do valor da nota

SAÚDE

[DECRETO-LEI N.º 173/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 224/2014, SÉRIE I DE 2014-11-1958925009](#)

Ministério da Saúde

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 35/2012, de 15 de fevereiro, que aprova a orgânica da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de janeiro, que aprova a orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I.P.

FINANCEIRO / FISCAL

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 66/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 223/2014, SÉRIE I DE 2014-11-1858924977](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Autoriza a realização da despesa relativa à aquisição de serviços de fornecimento de refeições confeccionadas nos refeitórios dos Serviços Sociais da Administração Pública nos anos económicos de 2015, 2016 e 2017

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 67/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 223/2014, SÉRIE I DE 2014-11-1858924978](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Procede à primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2013, de 21 de março, no que respeita aos encargos com as quotizações de Portugal para Agência Espacial Europeia relativas ao ano de 2014

[DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO N.º 48/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 224/2014, SÉRIE I DE 2014-11-1958925008](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral

Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2014, de 4 de novembro, da Presidência do Conselho de Ministros, que autoriza a realização da despesa destinada a suportar os encargos com a denúncia da participação de Portugal no Programa NH90, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 213, de 4 de novembro de 2014

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – EXONERAÇÕES E NOMEAÇÕES

[DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 106-A/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 224/2014, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2014-11-1958938049](#)

Presidência da República

Exonera, a seu pedido e sob proposta do Primeiro-Ministro, o Dr. Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva do cargo de Ministro da Administração Interna

[DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 106-B/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 224/2014, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2014-11-1958938050](#)

Presidência da República

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, a Prof.ª Doutora Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues para o cargo de Ministra da Administração Interna

[DECRETO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA N.º 106-C/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 224/2014, 1º SUPLEMENTO, SÉRIE I DE 2014-11-1958938051](#)

Presidência da República

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, o Prof. Doutor Fernando Manuel de Almeida Alexandre Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Administração Interna e o Dr. João Rodrigo Pinho de Almeida Secretário de Estado da Administração Interna

DEFESA NACIONAL

[PORTARIA N.º 241/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 225/2014, SÉRIE I DE 2014-11-2058965179](#)

Ministério da Defesa Nacional

Aprova os modelos de contrato para a prestação de serviço militar em regime de contrato especial

REGIÕES AUTÓNOMAS

[RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA N.º 12/2014/M - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 224/2014, SÉRIE I DE 2014-11-1958925010](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Aprova a alteração do Plano e Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira para o ano de 2014

[DECRETO REGULAMENTAR REGIONAL N.º 12/2014/M - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 225/2014, SÉRIE I DE 2014-11-2058965182](#)

Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo

Aprova o processo de alienação das ações detidas pela Região Autónoma da Madeira na Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.

[DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 14/2014/M - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 226/2014, SÉRIE I DE 2014-11-2158990779](#)

Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa

Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 31-A/2013/M, de 31 de dezembro (Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2014)

DIREITOS HUMANOS

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 68/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 226/2014, SÉRIE I DE 2014-11-2158990777](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Designa os pontos de contacto nacionais e o mecanismo de coordenação nacional e estabelece o mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

PROTECÇÃO DE DADOS

[Deliberação n.º 7680/ 2014](#)

Comissão Nacional Protecção de Dados

Aplicável aos tratamentos de dados pessoais decorrentes da utilização de tecnologias de geolocalização no contexto laboral

[Manual da Legislação Europeia sobre Protecção de Dados](#)

Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, 2014

O Manual da Legislação Europeia sobre Protecção de Dados foi elaborado pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) e pelo Conselho da Europa, em conjunto com a Secretaria do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Trata - se do terceiro numa série de manuais jurídicos elaborados em conjunto pela FRA e pelo Conselho da Europa.

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 20 DE NOVEMBRO DE 2014

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Aprovou o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos às empresas, que define as condições e as regras a observar na criação de sistemas de incentivos aplicáveis no território do continente.
- O Conselho de Ministros reviu o regime contratual de investimento (RCI), um regime especial de contratação de apoios e incentivos exclusivamente aplicável a grandes projetos de investimento enquadráveis no âmbito das atribuições da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E..
- O Conselho de Ministros aprovou um diploma que transpõe uma diretiva da União Europeia relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade, no que respeita à poluição sonora.
- O Conselho de Ministros aprovou a Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Prejuízos por Poluição causada por Combustível de Bancas, o que permite integrar na legislação portuguesa um regime jurídico que estabeleça as condições de atribuição de uma indemnização justa pelos danos causados pela poluição resultante de fugas ou descargas de bancas provenientes de navios.
- O Conselho de Ministros aprovou o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique no Domínio das Pescas, assinado em Maputo, por ocasião da II Cimeira Moçambique-Portugal.
- O Conselho de Ministros autorizou o Instituto de Segurança Social, I.P., a realizar a despesa relativa à aquisição de serviços postais aos CTT - Correios de Portugal, S.A., para o ano de 2015, até ao valor máximo de cerca de 13,39 milhões de euros.

A ser distribuída e consultada por Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não dispensando assistência profissional qualificada e apreciação casuística. O contexto da presente não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do autor. Para qualquer esclarecimento adicional sobre este assunto contacte-nos: geral@dlas.pt
